



CDH analisa criação de banco de dados sobre criminosos sexuais

José Cruz/Senado Federal



Bancada da Comissão de Direitos Humanos: iniciativa pode ser aprovada hoje em decisão terminativa

Proposta obriga condenados a manterem na internet dados pessoais atualizados

Projeto em discussão na Comissão de Direitos Humanos cria banco de dados aberto ao público na internet com endereços residencial e de trabalho, entre outros dados, de todos os criminosos sexuais condenados. **3**

Projetos para habitação devem priorizar mulheres chefes de família

Senadoras repudiam declarações de Jair Bolsonaro

Subcomissões do combate ao crack e da deficiência definem agenda

Vital do Rêgo defende execução orçamentária mais rigorosa

3

Velório de Alencar reúne políticos e o povo

Autoridades e pessoas comuns foram ontem render homenagens ao ex-vice-presidente José Alencar, que morreu na terça-feira. A chegada

do caixão emocionou as dezenas de senadores que foram ao Planalto e lembraram do homem "simples", "franco", "corajoso" e "comprometido

com o crescimento do país". O corpo de Alencar será cremado hoje à tarde, como era seu desejo, em seu estado natal, Minas Gerais. **4**

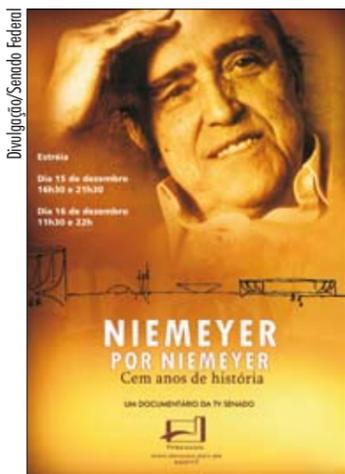
Paulo H. Carvalho/Senado Federal



Autoridades, como José Sarney (E), prestam homenagem a José Alencar e aplaudem a chegada do corpo do ex-vice-presidente ao Palácio do Planalto, ontem

Exposição em Brasília, de 5 a 9 de abril, traz como atrações alguns dos documentários que marcaram a trajetória de 15 anos da emissora, como sobre Niemeyer e João Goulart

TV Senado exhibe produções no Museu da República



A TV SENADO comemora 15 anos em 2011. Desde sua inauguração, a emissora tem registrado momentos importantes da história do país. Entre os programas de sua grade, estão os documentários, que resgatam fatos históricos da vida política e social do Brasil.

Com o objetivo de divulgar essas produções, a TV Senado realiza de 5 a 9 de abril, no Museu Nacional da República, a Mostra Senado Documento – Senadoc 2011, com alguns documentários que marcam a trajetória da emissora. São

eles *Niemeyer por Niemeyer*, *Relatos da Sequidão*; *Levi-Strauss – Saudades do Brasil*; *Jango em 3 Atos* e *De Batutas e Batucadas*.

A mostra pretende destacar a importância do trabalho da TV Senado, que, além de cumprir sua missão principal de transmitir em tempo real os trabalhos legislativos do Senado Federal, também produz e exhibe conteúdo relevante para a formação do indivíduo e da cultura brasileira e para a preservação da memória histórica do país.



Jonas Pereira/Senado Federal

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem à noite a medalha Deferência Policial Federal, principal honraria da PF. A homenagem foi prestada na comemoração do 67º aniversário da instituição – completado no último dia 28. No evento, Sarney afirmou que o Legislativo estará sempre pronto a atender as demandas justas da categoria para que ela continue se afirmando como uma grande instituição. À tarde, representantes dos policiais federais estiveram no Senado para convidar Sarney para o evento. O nome do senador foi escolhido por entidades de classe em razão de serviços prestados à Polícia Federal. Segundo o presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal, Joel Zarpellon Mazo, Sarney contribuiu para o desenvolvimento da instituição desde o período em que ocupou a Presidência da República.

Chegou o aplicativo do Senado Federal para iPhone



Uma ferramenta prática para você se informar sobre as notícias diárias do Senado, conhecer mais sobre os senadores e conferir a agenda de atividades da Casa. Baixe o aplicativo gratuitamente e acompanhe o trabalho dos parlamentares pelo seu iPhone. Senado Federal, ainda mais presente no seu dia a dia.



Baixe o aplicativo Senado Federal na App Store ou use o QR Code ao lado.

SENADO FEDERAL

Começa amanhã o registro biométrico de ponto

Os funcionários do Senado Federal das áreas legislativa e administrativa sujeitos à marcação de ponto passarão a utilizar a partir de amanhã o sistema biométrico. Com a adoção desse sistema, será desativado, também amanhã, o registro de ponto pelo computador.

Para efetuar o registro pelo sistema biométrico, é indispensável o uso do crachá, porque nele está o código de barras a ser lido pela coletora. O servidor que ainda

não possui o crachá deve providenciá-lo o mais rápido possível na Secretaria de Polícia, localizada no térreo do Anexo I.

As coletoras para os registros de entrada e saída estão instaladas nos anexos I e II do Senado, nas dependências da Secretaria Especial de Editoração e Publicação (gráfica) e no Prodasen.

Dúvidas podem ser sanadas pelo Serviço de Atendimento ao Usuário, por meio dos ramais 3570, 4509, 2310 e 1000.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

14h A sessão de hoje não é deliberativa, em respeito à morte do ex-vice-presidente José Alencar. Será reservada apenas para discursos dos senadores. Até ontem à tarde, 25 parlamentares já estavam inscritos para pronunciamentos.

Presidência Funeral de José Alencar

9h O senador José Sarney embarca na Base Aérea de Brasília com destino a Belo Horizonte, onde participa das cerimônias em homenagem ao ex-vice-presidente José Alencar.

CDH Pena mais grave para crime contra crianças

9h Projeto que agrava a pena de crimes de estupro e atentado violento ao pudor quando praticados contra crianças está entre os 15 itens da pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Subcomissão Políticas sociais para dependentes químicos

9h30 Apresentação do plano de trabalho da Subcomissão de Políticas Sociais para Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais.

Subcomissão Pessoas com Deficiência

11h A Subcomissão das Pessoas com Deficiência, também vinculada à Comissão de Assuntos Sociais, reúne-se para definição de plano de trabalho e realização de ato de conscientização sobre o autismo.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

À frente da CMO, Vital do Rêgo quer lei orçamentária mais eficaz

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), novo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), afirmou que a programação orçamentária precisa ser mais rigorosa. Ele disse que o colegiado formará um banco de dados com todas as receitas estratégicas do país, a fim de estruturar a lei de Orçamento de forma mais eficaz e sintonizada com a população.

Na avaliação do senador, a CMO tem condições de estabelecer "uma legislação adequada aos desafios dos novos tempos, que favoreça o desenvolvimento sem comprometer as contas públicas".

A primeira reunião da CMO sob o comando de Vital do Rêgo acontece na semana que vem e servirá para a votação de requerimentos.

Na terça-feira, dia 5, termina o prazo para que as lideranças partidárias indiquem o relator



Vital do Rêgo defende Orçamento sintonizado com a população

da receita e os relatores setoriais da comissão, além dos relatores do projeto do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das prestações de contas do Poder Executivo.

Também no dia 5, será encerrado o prazo para a indicação dos membros e coordenadores dos quatro comitês da CMO: avaliação da execução orçamentária; receita; informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves; e admissibilidade das emendas.

Rigor

Para a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), é preciso mudar procedimentos na discussão do Orçamento, como forma de adequar a proposta do Executivo à realidade do país.

Por sua vez, o senador Aníbal Diniz (PT-AC) afirmou que as emendas parlamentares individuais não são "objeto de barganha", mas instrumentos fundamentais para viabilizar investimentos em municípios de pequeno porte. Ele também defendeu ajustes na proposta orçamentária, desde que essas correções não prejudiquem aqueles municípios de menor porte.

Vital do Rêgo designou o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) para relator do projeto de lei do Orçamento de 2012, a ser encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional no início do segundo semestre.

Políticas para dependentes químicos

A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas se reúne hoje para tratar de seu plano de trabalho. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Wellington Dias (PT-PI) foi eleito para presidir a subcomissão, que tem Ana Amélia (PP-RS) como vice.

Para hoje, está prevista ainda a votação de requerimento de audiência pública, convidando a secretária nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Paulina Arruda Vieira Duarte. O presidente da subcomissão disse que, antes de ouvir entidades relacionadas à área, quer debater o tratamento e a reinserção social dos dependentes e as políticas públicas de prevenção ao consumo. Para isso, devem ser convidados representantes dos ministérios da Saúde, Desenvolvimento Social, Educação e Trabalho, da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério Público da União.

Segundo Wellington Dias, o trabalho terá quatro focos: prevenção; tratamento e reinserção; qualificação profissional para a área; e mobilização de organizações sociais para atender a dependentes e suas famílias. Em julho, deve ser apresentada uma proposta legislativa contemplando uma política de prevenção a ser adotada em todo o país.

Subcomissão deve regulamentar convenção da ONU

A Subcomissão das Pessoas com Deficiência, vinculada à CAS, define hoje sua agenda de trabalhos para o semestre legislativo. Lindbergh Farias (PT-RJ), eleito por unanimidade, é o presidente, tendo como vice Marisa Serrano (PSDB-MS).

Lindbergh afirmou que o principal tema a ser tratado será a regulamentação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU).

O senador sugeriu que uma comissão de juristas auxilie a subcomissão na regulamentação do tratado. Ele disse que 14% dos brasileiros possuem algum tipo de deficiência e, para beneficiar essa parcela da população, é preciso que o Congresso não apenas crie leis, mas atue para garantir que sejam cumpridas.

Também está prevista para hoje a realização de ato pelo Dia Mundial de Conscientização do Autismo, a ser celebrado no próximo dia 2. Entre os palestrantes, estão o senador Wellington Dias (PT-PI); o coordenador para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal (Corde-DF), Fernando Cotta; e a presidente do Movimento Orgulho Autista Brasileiro (Moab), Adriana Alves.

Projeto obriga condenados em última instância por crimes sexuais a manterem atualizadas e abertas à sociedade informações como endereço e local de trabalho

CDH vota banco de dados na internet sobre pedófilos

O PROJETO DE Lei que prevê a criação de um banco de dados sobre condenados por crimes de natureza sexual contra crianças e adolescentes deve ser votado hoje, em decisão terminativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado. O projeto já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, se aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados.

O PLS 338/09 acrescenta um capítulo sobre o banco de dados ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Qualquer cidadão terá direito de consultar os dados, que ficarão disponíveis na internet com as seguintes informações sobre os condenados: nome completo, data de nascimento, endereço residencial, endereço do local de trabalho ou estudo, crime cometido e fotografia em cores.

A obrigação de manter os dados atualizados na Justiça é da pessoa condenada em processo judicial transitado em julgado, ou seja, sem possibilidade de recurso. A pena para quem não atualizar os dados vai de um a dois anos de detenção e multa. Não são obrigadas a fornecer os dados as pessoas consideradas reabilitadas pela Justiça. São considerados reabilitados



Marisa Serrano: "Recurso de defesa social"



Magno Malta apresentou emendas ao texto

aqueles que demonstrarem bom comportamento durante cinco anos após a extinção da pena.

Segundo a autora do projeto, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), a iniciativa vai dotar o Brasil de um "recurso de defesa social" já utilizado em países como os Estados Unidos. No texto original do projeto, ela afirma que o objetivo é "permitir aos pais tomar conhecimento da existência de pedófilos condenados residindo próximo à sua residência ou à escola de seus

filhos, com a possibilidade de identificá-los fisicamente". A senadora argumenta que o acesso aos dados é necessário porque a pedofilia "não desaparece com a punição ou a repressão penal".

No relatório, o senador Magno Malta (PR-ES) defendeu a aprovação da matéria com alterações. Uma das emendas modificou o artigo que previa a obrigatoriedade de atualização somente após o cumprimento da pena. Com a emenda, condenados que ainda estejam cumprindo pena em regimes menos restritivos também estarão no banco de dados. Em outra modificação, foi acrescentada a possibilidade de pesquisa por nome (no projeto original, previa-se a pesquisa de condenados apenas por código postal ou base geográfica).

Idosos

Outro projeto que está na pauta da CDH prevê que os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos devem ser notificados pelos serviços de saúde públicos e privados. A denúncia é obrigatória e deverá ser feita à autoridade sanitária e comunicada também à polícia, ao Ministério Público e aos conselhos municipal, estadual e nacional do idoso.

Habitação pode priorizar mulher chefe de família

A CDH também analisa hoje projeto que reserva às mulheres responsáveis pelo sustento da família 20% dos recursos públicos destinados à habitação.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 20% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. O relator da proposta (PLC 47/09) é o senador Magno Malta (PR-ES). Se aprovado sem emendas, o texto segue para sanção.

Outro projeto em pauta na CDH é o PLS 3/10, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que assegura registro público aos prenomes indígenas.

Segundo Cristovam, a Lei 6.015/73, que proíbe o registro de nomes passíveis de expor o portador ao ridículo, não deve ser aplicada aos índios, "porque os seus valores e a sua cultura são diferentes dos nossos".

A CDH ainda vai debater o PLS 201/10, de Paulo Paim (PT-RS), que prorroga para 31 de julho de 2020 o prazo de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis a ser utilizados como táxi e estende a isenção para pessoas com deficiência.



Marta Suplicy e Marinor Brito (E) consideraram inaceitável postura de Bolsonaro

Senadoras repudiam declarações do deputado Jair Bolsonaro

Em notas à imprensa, as senadoras Marta Suplicy (PT-SP) e Marinor Brito (PSOL-PA) repudiaram as declarações consideradas racistas feitas pelo deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) no programa CQC, exibido pela TV Bandeirantes, na segunda-feira.

À pergunta da cantora Preta Gil: "Se seu filho se apaixonasse por uma negra, o que você faria?", Bolsonaro respondeu: "Não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Não corro esse risco, e meus filhos foram muito bem educados. E não vivem em ambiente como, lamentavelmente, é o teu".

Marta define o comportamento de Bolsonaro como "inadmissível e recorrente" e afirma que as declarações atingem toda a sociedade. Para a senadora, um representante do povo "deve ter como regra o respeito à Cons-

tituição e prezar pelo decoro parlamentar".

"O destempero, o preconceito e o desrespeito à Constituição e aos cidadãos não podem passar batidos pela Câmara dos Deputados", afirma Marta.

Marinor Brito, por sua vez, classifica a postura do deputado como "repugnante e preconceituosa". Para a senadora, atitudes como a de Bolsonaro contribuem para incitar ainda mais a violência contra negros e homossexuais, que já sofrem com "índices alarmantes" de ataques violentos.

Também em nota sobre o assunto, Jair Bolsonaro afirma ter entendido equivocadamente a pergunta de Preta Gil. Ele argumenta ter achado que a pergunta era sobre um eventual namoro de um filho dele com um gay.

Ex-vice-presidente, que criticava seguidamente as altas taxas cobradas no país, abriu seu primeiro negócio graças a um empréstimo do próprio irmão

Foto de José Cruz/Senado Federal



Dragões da Independência perfilados na rampa do Palácio do Planalto observam a passagem do cortejo com o caixão de José Alencar: homenagens durante todo o dia

Alvo recorrente, juro alto sempre acompanhou Alencar

O **HOMEM QUE** se rebelou no governo Lula (2003-2010) contra os juros altos começou sua vida empresarial pagando “aluguel de dinheiro”, mas sempre se preocupou em “equilibrar o orçamento”. Em seu primeiro emprego, aos 14 anos, sem condições de pagar o quarto do hotel e a alimentação, José Alencar Gomes da Silva concordou em morar no corredor.

Aos 18 anos, Alencar não tinha dinheiro suficiente para abrir a loja A Queimadeira, na cidade de Caratinga (MG). O jeito foi pegar emprestado do irmão Geraldo Gomes da Silva 15 contos, pagando-lhe 1,5% ao mês. Mas o irmão dizia que

não era juro, e sim “aluguel de dinheiro”, porque a Lei da Usura, baixada em 1933 pelo então presidente Getúlio Vargas, só permitia a cobrança desse tipo de encargo nos empréstimos bancários.

Bandeiras

No Senado, de 1999 até 2002, quando se elegeu vice-presidente da República, Alencar tornou-se um ferrenho crítico da política de juros altos e um defensor de um orçamento equilibrado e impositivo para o governo federal.

Ao se despedir da Casa, em 11 de dezembro de 2002, observou que a taxa de juros básica real

era cerca de 20 vezes a norte-americana e dez vezes a dos países integrantes da União Europeia.

– Enquanto prevalecer esse regime de juros, não nos livraremos dessa dependência, dessa subserviência e dessa obediência aos ditames disso que se convencionou denominar mercado – acrescentou.

As várias críticas de José Alencar aos juros brasileiros não produziram muitos resultados práticos: nove anos depois, as taxas brasileiras continuam como uma das mais altas do mundo e os títulos brasileiros são os mais bem remunerados do mercado internacional.

No Congresso, empresário mostrou conhecimento da realidade social

Desde sua estreia no Senado, em março de 1999, até sua despedida, no fim de 2002, José Alencar recebeu dos colegas senadores elogios por seu conhecimento das realidades política e social do país. O empresário de êxito surpreendeu por defender “uma economia que produzisse riquezas e permitisse discutir como melhor distribuí-las”, conforme disse em aparte o então senador Roberto Freire, no primeiro pronunciamento de Alencar, no dia 4 de março de 1999.

Já no seu primeiro discurso,



Alencar: crítica a juro alto

Alencar se alistava para “participar do esforço coletivo e solidário de construção de um Brasil melhor para todos”. Para ele, o fortalecimento da economia só fazia sentido se permitisse alcançar os objetivos sociais.

Presente em Plenário na estreia de Alencar, o senador Ramez Tebet, que já faleceu, também ressaltou a visão política do colega mineiro, elogiando seu posicionamento contra os lucros excessivos dos bancos e em defesa do papel do setor produtivo no fortalecimento da economia do país.

Como senador, aprendeu “lições de brasilidade”

Um dos maiores legados do Senado Federal à trajetória política de José Alencar foram lições de brasilidade, segundo ele mesmo reconheceu em seu discurso de despedida da Casa, em dezembro de 2002, após ser eleito vice-presidente da República.

– O que me trouxe à vida pública foi e é a necessidade de realizar um trabalho que me traga a consciência do dever cumprido – afirmou.

Alencar atuou como senador de 1999 a 2002 e pontuou como uma das principais lições aprendidas na Casa a de que “o Brasil é maior que a soma de suas partes”.

Defensor do financiamento público de campanha

Quando foi senador, entre 1999 e 2002, José Alencar defendeu o financiamento público de campanha por considerar que a medida fortaleceria o combate à corrupção no Brasil. E para os políticos fora da lei, que insistissem na prática do caixa dois, ele pedia punição rigorosa.

Alencar previa que, num primeiro momento, a sociedade brasileira poderia rejeitar a proposta. Em 14 de novembro de 2000, ele ponderou que, num país onde os municípios não têm recursos suficientes para saneamento, saúde e educação, seria normal que a população

rejeitasse o uso de recursos públicos para financiar as campanhas eleitorais.

No entanto, ele considerava que, “se for bem posto, a sociedade irá compreender, porque, de fato, é importante dar isonomia a todos os candidatos que disputam eleições”.

Velado com honras de chefe de Estado, deve ser cremado em Minas

A família do ex-vice-presidente José Alencar atendeu ao desejo, por ele expressado em vida, de ter seu corpo cremado. De Brasília, o caixão será levado para Belo Horizonte, onde será velado hoje a partir das 9h, no Palácio da Liberdade. Às 13h, seguirá para o crematório em Contagem (MG). A cerimônia de cremação, às 14h, deve contar apenas com a presença dos familiares mais próximos.

Ontem foram celebradas em Brasília duas missas de corpo presente, a primeira pela manhã, no Salão Negro do Palácio do Planalto, pelo núncio apostólico, dom Lorenzo Baldisseri, e concelebrada por dom Waldemar Passini Dalbello. Encerrada a cerimônia, as pessoas que aguardavam na Praça dos Três Poderes foram autorizadas a subir a rampa, para levar seu último adeus a Alencar. A segunda missa contou com a presença da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente

Lula, que anteciparam o retorno de Portugal. Dezenas de coroas de flores foram enviadas por funcionários da Coteminas (empresa fundada por Alencar), entidades de classe, partidos políticos e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, entre outros.

Por determinação de Dilma, as homenagens a Alencar tiveram honras de chefe de Estado. O último político velado no Palácio do Planalto havia sido Tancredo Neves, morto em 1985, antes de sua posse como presidente. Na chegada do corpo de Alencar à Base Aérea de Brasília, foram oferecidas honras militares. Estavam presentes o vice-presidente Michel Temer (no exercício da Presidência); o presidente do Senado, José Sarney; o da Câmara, Marco Maia; e o do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso. Dali, o caixão seguiu até o Planalto. O velório em Brasília foi aberto ao público às 10h30.

Parlamentares destacam exemplo de persistência e bom humor

O exemplo de otimismo, tenacidade e bom humor do ex-vice-presidente José Alencar foi ressaltado pelas autoridades que foram ontem ao Palácio do Planalto para suas despedidas. O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou que o empresário e político mineiro “jamais baixou a cabeça perante a morte”. Para o senador, ele é um exemplo de correção e de coragem, mas também de vida.

– Foi um gladiador pela vida. Não só mostrou coragem durante sua luta contra a doença, mas também foi exemplo para todos os brasileiros que sofrem – disse Sarney.

A 1ª vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), ressaltou a perseverança.

– A nação toda acompanhou os últimos anos da brava luta de Alencar pela vida e torceu junto com ele – disse a senadora.

Demóstenes Torres (DEM-GO)

disse que o exemplo de Alencar deve ser seguido por todos os políticos, pois ele foi muito admirado pela nação. Para Pedro Simon (PMDB-RS), José Alencar era um misto de ternura e firmeza que possibilitou o perfeito entrosamento com o presidente Lula.

– Ele vai entrar para a história como exemplo mais fiel de amizade, de carinho e respeito à figura do presidente – afirmou.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) disse que é preciso “seguir seu exemplo de honra, tenacidade, coragem, abnegação e luta”.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) considerou Alencar “um exemplo de brasileiro pela sua fé, determinação, amor à vida e a seus semelhantes”. Para Eduardo Braga (PMDB-AM), o Brasil “perdeu um vice que honrou as tradições da democracia e um exemplo de cidadão”.